

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.653 - SE (2019/0303945-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ANDRE FERREIRA DE BRITO
ADVOGADO : ANDRÉ FERREIRA DE BRITO - SE006011
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : MARCIO JOSE VIEIRA DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCIO JOSE VIEIRA DE LIMA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Sergipe, assim ementado (fls. 16-17):

EMENTA AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. APENADO REGREDIDO PARA O REGIME FECHADO. FUGA CARACTERIZADA PELA NÃO RETORNO A UNIDADE PRISIONAL APÓS O PERÍODO DA PRISÃO DOMICILIAR. FALTA GRAVE CONFIGURADA. ART. 50, II, DA LEP. JUSTIFICATIVA DE PROBLEMAS DE SAÚDE NÃO PLAUSÍVEL. OFÍCIO DA UNIDADE PRISIONAL DEMONSTRANDO QUE O AGRAVANTE VEM TENDO ASSISTÊNCIA MÉDICA. APENADO RECAPTURADO EM ESTADO DIVERSO DO CUMPRIMENTO DA PENA. INTENÇÃO DE FUGA DEMONSTRADA. REGRESSÃO QUE SE IMPÕE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO DE EXECUÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Consta dos autos que o Juiz das Execuções determinou a regressão do regime prisional para o fechado, haja vista o cometimento de falta grave, prevista no art. 50, II, da Lei de Execuções Penais.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução penal, que foi desprovido pelo Tribunal local.

Sustenta o impetrante a ausência de instauração de processo administrativo disciplinar para apurar falta grave, entendendo que houve ofensa à súmula 533 do STJ.

Requer a suspensão da decisão que reconheceu a falta grave e aplicou a regressão de regime, até que seja instaurado processo administrativo disciplinar na unidade prisional onde supostamente teria ocorrido, fazendo surtir seus efeitos nas conseqüências de tal regressão, ou seja, contabilizando o tempo de pena já cumprido para fins de progressão de regime, além do retorno a situação anterior a tal decisão (prisão domiciliar) (fl. 12).

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório.

DECIDO.

Alega a defesa a ilegalidade do reconhecimento da falta grave em razão da ausência da instauração do Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD, pretendendo o afastamento da aludida punição disciplinar e seus consectários.

Entretanto, a matéria suscitada neste *writ*, repise-se, a ilegalidade do reconhecimento da falta grave em razão da ausência da instauração do Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD, não foi objeto de análise do Tribunal de origem. Então, a alegação que sustenta o pedido ora vertido não poderá ser conhecida por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator